



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

REQUERIMENTO N.º , DE 2015 (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de audiência pública para discutir a crise setorial e as saídas estruturais do setor, como o inalienável direito do consumidor escolher de quem comprar energia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, após audiência do plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com o propósito de discutir a crise setorial e as saídas estruturais do setor, como o inalienável direito do consumidor escolher de quem comprar energia, com a presença das seguintes autoridades:

- REGINALDO MEDEIROS – Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL);
- RUI ALTIERI – Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (ANEEL);
- CARLOS FARIA – Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia;
- Professor ADILSON DE OLIVEIRA – UFRJ;
- EDVALDO SANTANA - ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica;

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

Desde a edição da Medida Provisória nº 579 de 2012 tem havido um excesso de intervenções abruptas no mercado de energia elétrica por parte do Poder Concedente, algumas com total falta de isonomia entre os consumidores. Foi assim com a destinação das cotas de energia barata apenas para os consumidores cativos, prejudicando profundamente a competitividade da economia brasileira, cujo PIB industrial se abastece no mercado livre. Além de aumentar a percepção do risco por parte do investidor, o que encarece o preço final da energia para os consumidores, as intervenções sem discussão com o setor tem prejudicado o uso ótimo dos recursos eletroenergéticos do país.

Em resumo, a MP 579 quis baixar as tarifas de energia “na marra”, num cenário de aumento de custos, e o resultado da intervenção voluntarista foi o aumento real das tarifas em 70% no ano de 2015.

Todas as usinas térmicas estão ligadas continuamente desde outubro de 2012, gerando um enorme custo para os consumidores de energia elétrica. Estima-se que o custo das térmicas é da ordem de 100 bilhões de reais no período de 30 meses. E elas deverão ficar ligadas, ao menos, até o final deste ano. Tudo isso sem contar com o enorme custo ambiental referente ao despejo de toneladas de resíduos e gases na atmosfera pelo uso da energia marrom no lugar da energia verde.

Hoje a situação do mercado regulado e do consumidor por ele atendido é desesperador. O Governo e a Aneel protegem as distribuidoras em detrimento do consumidor. Foi assim com o empréstimo bilionário de 38 bilhões de reais na conta ACR, que promoveu o brutal endividando do consumidor nos próximos anos.

A rigor, o Governo protege as distribuidoras, pois é ele quem compra energia para os brasileiros por meio dos leilões centralizados. O governo tem se mostrado um péssimo comprador de energia, uma vez que deixou os consumidores cativos descontratados, por erro de estratégia nos leilões. Para os brasileiros só resta uma alternativa: pagar pelos erros na contratação de energia por meio de aumentos tarifários injustificáveis.

Todo o foco das autoridades setoriais tem sido a solução conjuntural dos problemas do setor, sem nenhuma visão de longo prazo. E, novamente, quem paga por tudo é o consumidor de energia. Entretanto, é necessário discutir o modelo de contratação de energia centralizada no Poder Concedente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

As soluções que os governos e os órgãos reguladores tem dado mundo a fora tem sido a liberdade de escolha a todos os consumidores para que eles sejam os responsáveis pela administração das suas compras de energia.

Aqui mesmo no Brasil, tanto no mercado livre de energia, quanto na telefonia celular a experiência tem sido muito bem sucedida, pois tem permitido reduzir preços e melhorar o atendimento comercial que hoje é dado aos consumidores cativos de energia.

Também na experiência do exterior nota-se que quando há liberdade de escolha por parte do consumidor há o desenvolvimento acelerado das fontes de energia verde e o deslocamento da energia marrom das matrizes energéticas dos países. E o meio ambiente agradece!

A liberdade de escolha do consumidor permite também um maior desenvolvimento da geração distribuída e da eficiência energética, na medida em que o consumidor deixa de ser um ente passivo e passa a atuarativamente nas decisões que afetam a sua vida energética.

Portanto, peço o apoio dos nobres parlamentares membros da Comissão de Minas e Energia, na aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2015.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP